



O “COCHO DA MUNICIPALIDADE”: UMA ANÁLISE DE *FOGO MORTO*, DE JOSÉ LINS DO REGO

THE “ MUNICIPALITY TROUG”: A *FOGO MORTO* ANALYSIS, OF JOSE LINS DO REGO

Esequiel Gomes da Silva¹

RESUMO: publicado em 1943, *Fogo morto* é um romance que, segundo José Aderaldo Castello, sintetiza todo o trabalho anterior de José Lins do Rego. No livro em questão, o autor internalizou um período importante da história política brasileira: o enredo se ambienta nos anos de 1911/1912, durante a república oligarca, período no qual os coronéis mantinham o controle do processo eleitoral. Os sinais de mudança só começariam a aparecer com a eleição de Hermes da Fonseca para presidente da república, em 1910, quando se implementou a chamada “política das salvações”. No mundo ficcional criado por José Lins do Rego, há três grandes personagens, – coronel Lula de Holanda, José Amaro e Vitorino Carneiro da Cunha, – que representam três tipos de discursos: dos “grandiosos”, dos “sombrios” e dos “quixotescos” e que se relacionam de forma bastante tensa nesse ambiente de agitação política. Momento de sucessão do governo estadual, em que os coronéis, chefes de partidos políticos, organizavam seus “currais eleitorais” para garantir a vitória do candidato que apoiavam. Feitas essas observações, com esse estudo, nosso interesse é analisar o modo pelo qual o romancista configurou a questão do voto de cabresto no interior desse romance. Melhor dizendo, como um fator externo – o momento da história política do país – se tornou interno, nas palavras de Antonio Candido.

PALAVRAS-CHAVE: romance, literatura, política, história, voto de cabresto.

ABSTRACT: published in 1943, *Fogo Morto* is a novel that, according to Jose Aderaldo Castello, synthecizes the whole previous work of Jose Lins of Rego. In the book in question, the author introduced an important moment of brazilian politics history: the plot takes place in 1911/1912, during the oligarch republic, period in which the colonels kept the control of the electoral process. But the change signals already had started to appear with the election of Hermes da Fonseca for president of the republic, in 1910, when was implemented the “salvation politics”. In the ficcional world created by Jose Lins do Rego, it has three great characters – colonel Lula de Holanda, José Amaro and Vitorino Carneiro da Cunha - that they represent three types of speeches: of the huge ones, of the shady and the quixotic ones and that they become related of sufficiently tense form in this environment of politics agitation. Moment of succession of the state government, where the colonels, heads of political parties, organized its “electoral corrals” to guarantee the victory of the candidate that they supported. Made these comments, with this study, our interest is to analyze the way for which the novelist configured the question of the

¹ Mestrando em Letras pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: esequielgomes@yahoo.com.br



vote of muzzle in inside of this novel. Better saying, as a external factor - the moment of the country politics history - became intern, in the words of Antonio Candido.

KEY WORDS: novel, literature, politics, history, vote of muzzle.

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No livro *A tradição regionalista no romance brasileiro* (1999), o autor José Maurício Gomes de Almeida assinala que na década de 20 um grupo de entusiastas, tendo à frente o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, desenvolvia uma intensa campanha com um projeto de revalorização das tradições regionais, ameaçadas de extinção pelas alterações profundas pelas quais passava o Nordeste. Essa agitação intelectual, afirma o estudioso, revelava uma consciência regionalista altamente desenvolvida entre os nordestinos. Tal efervescência surgiu no momento em que o nordeste canavieiro se encontrava em decadência. A revalorização da cultura era uma forma de impedir que a herança do passado desaparecesse completamente. Nesse primeiro momento, o movimento intelectual encontrava-se dominado por preocupações de caráter cultural, mas em breve período atingiria também o pensamento literário.

Ainda de acordo com o estudioso brasileiro, foi a partir dos anos 30 que uma verdadeira explosão de criação ficcional marcou uma fase nova no desenvolvimento da moderna literatura brasileira. Não se pode desconsiderar o movimento literário que ocorria, concomitantemente, no eixo sul do país, mas foram os escritores da região nordeste que obtiveram maior repercussão junto ao público; dentre eles destacou-se o paraibano José Lins do Rego, em cuja obra “o tradicionalismo cultural dos anos 20 funde-se às preocupações sociais da década seguinte, produzindo um dos conjuntos ficcionais mais ricos da literatura brasileira” (ALMEIDA, 1999, p. 202).

Foge ao nosso objetivo analisar as qualidades estéticas de toda a ficção do escritor paraibano; nosso interesse está voltado especificamente para o romance *Fogo Morto*, publicado em 1943. Esse romance seria, segundo José Aderaldo Castello (1961), um trabalho que sintetiza tudo o que o romancista já havia feito nos romances anteriores, ou seja, no “ciclo da cana-de-açúcar”.

Em *História concisa da literatura brasileira* (2001), pensando nas características do prosa modernista, o professor Alfredo Bosi retoma a formulação feita por Lucien Goldmann para a



gênese da obra narrativa: a idéia é a de que existe uma homologia entre a estrutura do romance e a estrutura social em que se insere o autor. Com base nos pressupostos do teórico marxista, Bosi distribui o romance brasileiro da década de 1930 em diante em quatro categorias: romance de tensão mínima, romance de tensão crítica, romance de tensão interiorizada e romance de tensão transfigurada. Seguindo essa classificação, *Fogo Morto* seria o romance de tensão crítica, cujas características principais são a oposição e a resistência agônica do herói às pressões da natureza e do meio social. Esse seria, portanto, o que Lukács chamou de “herói degradado” no seu inconformismo com as estruturas sociais vigentes.

Castello (1961) observa, no romance em questão, a criação de um mundo composto em que avultam grandiosos, sombrios e quixotescos em situações dramáticas pessoais, vividas sob o peso dos valores tradicionais, patriarcalistas e fatalistas; nesse mundo ficcional, há também o mandonismo político arbitrário, injusto e protecionista, contra o qual o cangaço, capaz de afrontar o próprio poder do Estado, representa uma força vingativa da alma sertaneja. Utilizando o realismo formal como método narrativo, o romancista ficcionalizou um momento importante da dinâmica da vida política brasileira, ao mesmo em tempo que representou, na obra em questão, o plurilingüismo social; pois grandiosos, sombrios e quixotescos são coronel Lula de Holanda, José Amaro e Vitorino, respectivamente; três indivíduos inseridos em classes diferentes e que, portanto, falam linguagens distintas para apresentar sua concepção de mundo. Mas além desses três tipos de discurso há também a linguagem dos gêneros, que pode ser representada pela fala de quatro personagens: Mariquinhas, dona Amélia, sinhá Velha e sinhá Adriana.

Com efeito, através da forma romance, o autor contemplou aspectos da realidade interior dos personagens, utilizando-se do monólogo de cada um deles para expressar suas angústias, suas mágoas, seu medo, sua frustração e seu inconformismo com a estrutura social. Paralelamente a isso, voltamos a enfatizar, também representou de forma tensa, e às vezes cômica, uma parte importante da dinâmica política brasileira: uma política baseada no mandonismo, no protecionismo e no voto de cabresto. Embora essa não seja a tônica do romance, está bastante presente e é a parte que mais nos interessa como objeto deste estudo.

2- UM POUCO DE HISTÓRIA



O romance *Fogo Morto* foi publicado em 1943, nos estertores da ditadura Vargas, mas o enredo se passa por volta de 1911/1912, durante a república oligarca, período no qual os coronéis mantinham o controle do processo eleitoral.

No livro *Coronelismo, enxada e voto* (1975), o estudioso Vitor Nunes Leal faz uma análise do sistema político brasileiro desde a era colonial até a republicana, considerando a presença do município e o seu relacionamento com as demais esferas do poder público do país, ou seja, a esfera estadual e a federal.

Explicando melhor, as peculiaridades da estrutura agrária do país contribuíram para a manutenção da prática coronelista. A gama de pessoas no campo dava lugar de destaque ao coronel, pois era em torno dele que se agrupava uma série de trabalhadores rurais desamparados. Considerado como homem rico e poderoso, é “para o próprio coronel que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro nas mesmas condições, para outras necessidades” (NUNES LEAL, 1975, p. 24). A “bondade” encontrada na figura do patrão favorecia a formação de uma relação de gratidão e lealdade por parte do empregado. Essa situação, aliada à ignorância do eleitor, que vive isolado geograficamente e distante dos meios de comunicação, levam-no a obedecer à orientação política do coronel, cujo prestígio político era proporcional ao número de votos que conseguia arregimentar em seus “currais eleitorais”. Nas eleições estaduais e federais, ao despejarem seus votos nos candidatos governistas, os dirigentes políticos do interior tornavam-se credores de especial recompensa, que consistia em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município.

Segundo Nunes Leal, isso acontecia porque o “Brasil tinha um regime representativo numa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política” (NUNES LEAL, 1975, p. 253).

Essa situação só iria apresentar sinais de mudança com a eleição do marechal Hermes da Fonseca para presidente da república, em 1910². Foi durante seu governo que se implementou a chamada “política das salvações”, que consistia em intervir nos Estados para estabelecer

² Essas informações históricas de caráter político estão disponíveis no site da fundação Joaquim Nabuco: www.fundaj.gov.br



governos militares em substituição aos oligarcas. Com esse plano, pretendia-se moralizar o regime político representativo e acabar com a violência no campo, provocada por “guerras” entre os coronéis em disputa por maior prestígio. Vislumbrava-se também dar uma expressão verdadeira ao voto, que até então era dirigido pelas oligarquias através de seus “currais eleitorais”.

Pensando na região nordeste, no estado da Paraíba, o coronel José Joaquim do Rego Barros, político integrante da 1ª Assembléia Constituinte paraibana, era o candidato de oposição a Álvaro Machado, que dominava a política do Estado desde 1892, juntamente com seus irmãos Afonso e João Machado.

Em Pernambuco, a situação não era diferente; desde de 1896, o pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva dominava o cenário político. A salvação estaria nas mãos do general Emidio Dantas Barreto, também pernambucano. Enquanto militar, esse general participou da Guerra do Paraguai, da Revolta da Armada e foi combatente na Guerra de Canudos. Quando concorreu politicamente com Rosa e Silva, ocupava a função de ministro de guerra.

O Ceará, há mais de 20 anos, estava sendo governado por Antonio Pinto Nogueira Acciolly, que foi substituído pelo coronel Marcos Franco Rabelo. Não pretendemos realizar um estudo exaustivo acerca da situação política de toda a região nordeste; porém, os três estados citados servem para entendermos um pouco mais da trama de *Fogo Morto*, já que esse episódio de sucessão eleitoral serve como pano de fundo da narrativa. É nesse clima de tensão e disputa que se desenvolve o conflito. Rego Barros, Dantas Barreto e Franco Rabelo, três vultos históricos, apesar de não terem voz na narrativa, foram ficcionalizados por José Lins do Rego.

Outro personagem ficcionalizado foi Manuel Batista de Moraes, vulgarmente conhecido como Antonio Silvino, cangaceiro que tinha a fama de proteger pessoas simples como mulheres, crianças, doentes e idosos. Foi preso durante o governo de Dantas Barreto. O período de 23 anos em que esteve preso contribuiu para sua regeneração.

3- VÁRZEA DO PARAÍBA: O “COCHO DA MUNICIPALIDADE”

Diferentemente dos cinco primeiros livros, nos quais a crítica aponta elementos autobiográficos e memorialísticos na estrutura narrativa, em *Fogo Morto*, o escritor José Lins do Rego trabalhou temas como a frustração, a loucura, a tristeza, o poder e a política, ou seja, problemas de cunho psicológico, existencial e social serviram como elemento de composição da



obra literária. No entanto, para este trabalho interessa-nos, particularmente, os dois últimos – o poder e a política. Observando esses dois aspectos, com o presente artigo temos o objetivo de fazer uma análise do romance em questão, tentando refletir na maneira com que o escritor utilizou um fato da realidade exterior – a prática do coronelismo e, mais particularmente, o voto de cabresto - como elemento de composição artística. Utilizando as palavras do crítico Antonio Candido (2000), pretendemos analisar os procedimentos formais utilizados para tornar interno um fator externo, ou seja, um dado da realidade social.

O romance ambienta-se na zona rural nordestina, mais especificamente na Várzea do Paraíba e, no que concerne à estrutura, divide-se em três partes, que têm como títulos os nomes de três personagens principais da trama: José Amaro da Silva, Coronel Luís César de Holanda Chacon e Vitorino Carneiro da Cunha. Com essa estruturação, o narrador conta as histórias de três indivíduos pertencentes a classes sociais diferentes, relacionando-se entre si de forma tensa.

José Amaro é o seleiro frustrado e dependente que mora nas terras do coronel Lula e não paga foro. Sujeito esquisito e amargurado, possui um vazio interior e alimenta um certo ódio pelos ricos e poderosos da região. Costuma falar que só trabalha para quem quer, mas na realidade, vive angustiado por ter que oferecer seus serviços para os camumbembes, já que é através do ofício de seleiro que provê o sustento da casa. Mora com a esposa e a filha Marta, uma solteirona de 30 anos, que perde o uso da razão e é internada em hospital de loucos em Recife.

Lula de Holanda é o senhor de engenho decadente e soberbo. Herdou a propriedade do sogro, mas nunca teve disposição para o trabalho. Com o passar do tempo tornou-se misantropo e beato. Mora no engenho Santa Fé com a esposa dona Amélia, a filha Nenêm e dona Olívia, a cunhada louca.

E por fim, Vitorino Carneiro da Cunha, o personagem cômico da história. Uma criatura desbocada e mentirosa que vive a vagabundear pelos engenhos do município do Pilar. É o homem de ação política na Várzea do Paraíba. Sua esposa, Sinhá Adriana, trabalha para prover o sustento da família. Têm um filho, Luís, que é oficial da marinha e mora no Rio de Janeiro.

Dentro desse ambiente ficcional criado por José Lins do Rêgo, além das questões de cunho psicológico, existencial e social, como já foi mencionado, o autor trabalhou algumas situações de conflito em torno da estrutura política do país. Para tratar dessa questão estrutural, além dos personagens principais já citados, construiu alguns personagens históricos, que não têm



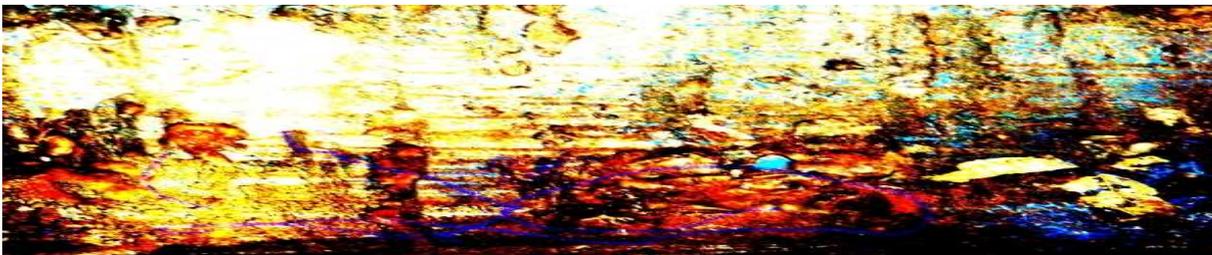
voz direta na narrativa, uma vez que seus nomes são apenas mencionados pelos protagonistas, mas cuja existência contribui significativamente para o desenvolvimento da trama.

A estrutura narrativa se inicia com a representação da linguagem social do homem oprimido. É essa a parte mais extensa do livro: cerca de 110 páginas em que o enredo se desenvolve na “área da voz” de José Amaro, utilizando aqui a expressão de Bakhtin (1998). A representação de que falamos se faz em um comentário sobre política, que acontece no primeiro capítulo, da primeira parte. Trata-se de um diálogo entre José Amaro e o negro Leandro, empregado de Augusto do Oiteiro, um senhor de engenho da região:

- Não estou zangado, estou dizendo a verdade. Sou um oficial que não me entrego aos mandões. Quando a gente fala nestas coisas vem logo um pobre como você dizendo que estou zangado. Zangado por quê? Por que digo a verdade? Sou eleitor, dou o meu voto a quem quero. Não voto em governo (FM, 1998, p. 18).

O diálogo acontece na ocasião em que Leandro comenta com José Amaro que irá levar um recado do patrão para Ambrósio, o ex-delegado e chefe da nova política do Pilar. Na opinião do seleiro, Ambrósio é um banana, um pau-mandado que recebe ordem dos ricos. Ao que tudo indica, trata-se de uma situação em que Augusto de Oiteiro vai tentar livrar da prisão os responsáveis por dois crimes ocorridos numa festa em casa de Chico Naninha. Essa proteção que o proprietário oferece ao trabalhador rural será lembrada/cobrada em época de eleição, quando o chefe precisar assegurar seu prestígio, garantindo uma certa quantidade de votos nas urnas. De fato, no final da narrativa, o patrão de Leandro promete votação cerrada de seus eleitores no candidato de oposição, cuja campanha política tem o ex-delegado acima mencionado como responsável. Há, portanto, uma relação de submissão e lealdade entre o senhor de engenho e o ex-delegado, característica do coronelismo.

Durante a conversa com o negro, o seleiro menciona sua condição de eleitor livre. A utilização do discurso direto por este personagem nos faz pensar que ele foi construído com a consciência do poder do seu voto para mudar o *status quo*. É enfático ao falar de sua decisão de não votar em candidato da situação. Tanto agora, como em outras ocasiões em que se fala do eleitor José Amaro, o autor trabalha cenas dialogadas deste com seus interlocutores; o personagem representa o discurso da massa de ignorantes que compõem os “currais eleitorais”. Em outra ocasião, Zé Medeiros, parente do prefeito do Pilar, andara lhe pedindo o voto, mas o seleiro negou porque partilha da opinião de que “Quinca Napoleão é um ladrão de terra. O Pilar

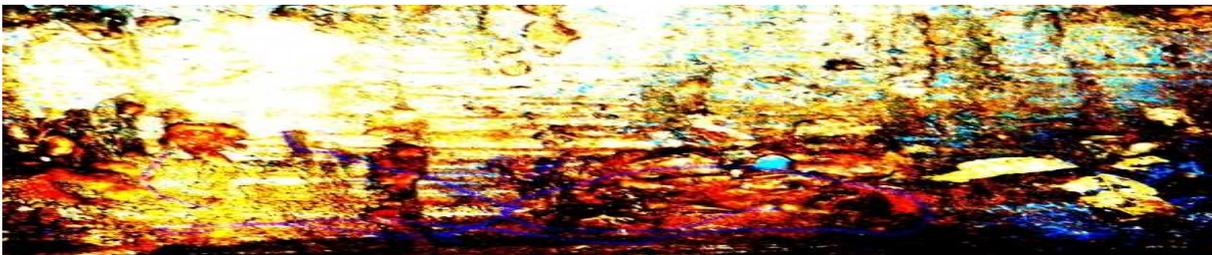


é uma terra infeliz; quando sair da mão do velho José Paulino, vai parar na bolsa de Quinca Napoleão”(FM, 1998, p. 18). Contextualizando um pouco, José Paulino era o grande coronel da Várzea do Paraíba, proprietário do engenho Santa Rosa, que concentrava em suas mãos o poder político local. Era duramente criticado por manter no poder um sujeito como Quinca Napoleão – um ladrão, segundo José Amaro e Vitorino – que vivia comprando casa em Recife enquanto as ruas do Pilar achavam-se esburacadas e a iluminação pública em petição de miséria. Também era censurado pelo desvio dos impostos arrecadados no município, os quais só eram suficientes para “encher a pança dos fiscais”.

Se José Amaro tem consciência de que é um eleitor de voto livre, em seu caminho vai aparecer o capitão Vitorino Carneiro da Cunha para tentar persuadi-lo a votar no candidato da oposição. A julgar pelas características do personagem, não é exagero afirmar que se trata de um tipo ficcional construído com base no sujeito histórico Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, cidadão paraibano que viveu no século XIX, deputado eleito por seu estado natal, pertencente ao grupo de José Bonifácio e que, junto com este, pretendia realizar transformações agrárias, sociais e educacionais. Voltando para o mundo ficcional criado por José Lins do Rêgo, o capitão Vitorino é o líder responsável por arregimentar votos para a batalha eleitoral que iria mudar a situação política estadual e municipal. Nesse sentido, ele representa o discurso de um sujeito histórico pertencente a um grupo que teria como meta derrotar as oligarquias rurais nas urnas:

Conto com o seu voto. Vamos botar o José Paulino para fora de uma vez da política. O Ambrósio conhece o meu prestígio. Ele sabe que sou homem para levar duzentos votos às urnas. Estes meus parentes da Várzea estão enganados. O capitão Vitorino Carneiro da Cunha tem amigos. Conto com seu voto? (FM, 1998, p. 25).

As linguagens representadas pelos dois interlocutores deste excerto concordam em um ponto: era preciso tirar a hegemonia política das mãos do proprietário do engenho Santa Rosa. Porém, o seleiro não responde à pergunta feita pelo compadre. Em vários outros momentos, o Papa-Rabo tenta persuadir Zé Amaro a votar em seu candidato, mas a resposta é sempre o silêncio. Se se aproximava a hora da mudança e o seleiro tinha convicção de que não votava em candidato do governo, duas podem ser as razões para este mutismo. A primeira delas é que, apesar de representar uma linguagem consciente de seu direito de voto livre, no íntimo, a sua condição de subserviente não lhe permitia contrariar o desejo de um chefe político. De fato, José Amaro só expressa suas preferências políticas em situações nas quais dialoga com pessoas de sua



igual condição, como o Pascoal italiano, o pintor Laurentino; enfim, só com pessoas que fazem parte da classe oprimida. A outra causa provável é que o chefe político era um cidadão desacreditado até mesmo por um sujeito ignorante como José Amaro. Nesse sentido, o romancista construiu o episódio de forma bastante cômica. A começar pela descrição física, as características de Vitorino já nos remetem a uma certa comicidade. Era gordo, montava um burrico raquítico que não agüentava tamanha carga no lombo, às vezes, tropeçando e levando-o ao chão. Quando estava usando fraque, até Severino, o guia do cego Torquato “olhava espantado para os trajes do capitão” e caía na risada.

Vitorino tem uma postura que vai de encontro ao comportamento exigido para um cidadão, cuja tarefa é agilizar a campanha política de candidatos responsáveis pelo futuro do Estado. É um homem que vive a trocar insultos com a “canalha” da Paraíba, mormente quando o chamam de Papa-Rabo. É um vagabundo, e por isso, sinhá Adriana “tinha que trabalhar para sustentar a casa. Vitorino levava dias sem aparecer, sem dar notícias, correndo o mundo, dando desgosto” (FM, 1998, p. 41). Inventa histórias e exagera nos fatos que conta. Arranja confusões as mais diversas. Não hesita em ir ao Pilar fazer barulho na porta da casa de Quinca Napoleão, chefe do executivo municipal. Mas apesar de todas essas “qualidades”, é determinado e teimoso. Leva a sério sua incumbência. Para ele, era aquele o momento de mudar a situação política da região:

- Vou dar com o José Paulino no chão. Vem aí o coronel Rego Barros, é militar, é homem de dar razão a quem tem. Vai ser governador. Ladrão com ele é na cadeia. Dantas Barreto está em Pernambuco. Franco Rabelo no Ceará. O Lula de Holanda devia chefiar o partido aqui no Pilar (FM, 1998, p. 28).

- Está tarde, meu compadre. Ainda tenho que ir falar com o doutor Samuel sobre negócio de política. O Augusto do Oiteiro me prometeu votação cerrada no coronel Rego Barros (FM, 1998, p. 204).

Mesmo sendo um estabanado, o Papa-Rabo tinha consciência da conjuntura política do país. Para ele não havia dúvida. Estava contra o governo. Era correligionário da candidatura do político paraibano e junto com seu eleitorado iria às urnas para salvar a Paraíba da cobiça dos oligarcas. Queria livrar os cofres públicos das garras de Quinca Napoleão e colocá-lo na cadeia; queria José Paulino pagando impostos.

O marido de sinhá Adriana insiste em pedir o voto do seleiro, mas este sai pela tangente, afirmando que as eleições ainda estão distantes. É que “esta história de eleição, do coronel Rego



Barros, não interessava ao mestre Amaro” (FM, 1998, p. 36). Nesse sentido, ele representa o discurso da resistência: “voto em quem bem quiser, voto até no diabo” (FM, 1998, p. 43). Não vota em governo, mas também não se anima em votar em Rego Barros. Apesar de viver num “curral eleitoral” tenta mostrar seu direito e sua autonomia: - “Olhe, seu Pascoal, pode dizer aí, por toda parte, que o mestre José Amaro só vota num homem. É no capitão Antonio Silvino”(FM, 1998, p. 49). Vemos aqui um outro sujeito histórico brasileiro, mais especificamente do cangaço nordestino servindo como personagem de ficção. Voltando à narrativa, o interlocutor de Amaro fica estupefato ao ouvir a preferência do seleiro. Na verdade, “o nome de Antonio Silvino exercia sobre ele (Amaro) um poder mágico. Era o seu vingador, a sua força indomável, acima de todos, fazendo medo aos grandes”(FM, 1998, p. 56-7). O personagem profere um discurso que mostra ao leitor a imagem de um indivíduo que não tem “medo nem dos grandes nem dos pequenos”, mas o narrador deixa cair sua máscara: na verdade é um fraco que só encontra confiança na figura do cangaceiro. A admiração por Antonio Silvino é tamanha que o seleiro frustrado não hesita em se tornar um colaborador do bando, juntamente com o cego Torquato e o contrabandista de aguardente Alípio, outros admiradores do vingador dos pobres. Ironicamente, quando a força policial do tenente Mauricio chega no Pilar, com a tarefa de combater o cangaço, e prende José Amaro, o cego Torquato e José Passarinho, o cangaceiro salvador não mostra seu poder de proteção para com os pobres. Ao invés de invadir a cadeia para libertar seus protegidos, ele tenta salvar a própria pele e desaparece. A responsabilidade pela liberdade dos três fica a cargo de Vitorino, que escreve de próprio punho um pedido de *habeas corpus*.

Após sair da cadeia, sem casa para morar e abandonado pela esposa, Amaro dá cabo da própria vida. Pode-se dizer, então, que o seleiro era o herói problemático em choque com as estruturas sociais: era inconformado, porque não tinha um filho homem que lhe protegesse e gritasse com os grandes; também era infeliz porque sua filha, além de ficar no caritó, enlouquecera; sentia que o povo da Várzea o odiava porque “via na sua cara a cara do monstro noturno que era obra do diabo” (FM, 1998, p. 235); sentia-se inútil e perdido para sempre; “devia desaparecer, fugir, não ficar um dia mais naquela terra que o desprezava”(FM, 1998, p. 235). Nem chegou a dar o voto ao candidato de sua preferência. A julgar pelo desfecho da narrativa, o que se pode pensar é que, apesar de ter consciência de sua condição de eleitor de voto livre, esse



personagem que representa a população constituída pela arraia-miúda e que vivia trabalhando para os senhores de engenho, ainda não tinha poder para mudar nada. Não tinha força para manter a própria vida.

É nessa terceira parte do livro que acontecem as maiores peripécias do capitão Vitorino. O cangaceiro Antonio Silvino havia invadido a casa de Quinca Napoleão e por essa razão o tenente Mauricio passou a prender o povo do Pilar para investigação. Nessa circunstância, Vitorino aparece na condição de protetor dos fracos e oprimidos e desacata o referido tenente. Em outra ocasião, já havia agredido fisicamente o delegado José Medeiros. Essas ações fizeram com que Papa-Rabo fosse preso e espancado, sob ordem das duas autoridades desrespeitadas. Interessante é que o personagem não tem consciência, ou finge não ter, de que sua prisão foi provocada por desrespeito às autoridades. Considerava-se uma vítima de perseguição política. A forma com que a notícia repercutiu na imprensa foi bastante positiva para enaltecer a imagem desse personagem diante da população. Falava-se que “um homem de bem, proprietário na Paraíba, fora agredido pela força pública porque se mantinha contra a situação” (FM, 1998, p. 202). Sempre que o jornal da oposição publicava artigos acerca das perseguições da polícia ao capitão Vitorino, ele se fortalecia mais diante dos adversários.

O juiz dr. Samuel fornecia-lhe notas escritas que ele mandava ao *Norte*, críticas ao prefeito, aos abusos do delegado, às regalias do coronel José Paulino. O chefe da nova política do Pilar era o ex-delegado Ambrósio, velho do partido Liberal, que fora procurado para movimentar no município governista a candidatura do coronel Rego Barros. Mas o homem de ação era o capitão Vitorino (FM, 1998, p. 210).

O juiz Samuel era inimigo do delegado e do prefeito Quinca Napoleão. Aproveitando-se da situação, com os artigos que redigia, atingia moralmente seus rivais, ao mesmo tempo em que fortalecia a campanha do candidato da salvação. O episódio é cômico porque, apesar do narrador afirmar que o capitão Vitorino era o homem de ação da candidatura Rego Barros, ele mais parece um pau mandado; não hesita em ir ao jornal levar os escritos do juiz.

Em meio a todo esse rebuliço, as relações também ficam tensas entre o tenente Mauricio – que a todo custo quer afirmar sua autoridade, desobedecendo a ordem que o juiz dera para que os presos fossem libertados – e coronel José Paulino, que se sente desonrado com o autoritarismo daquele e manda o filho Juca entregar a chefia política ao presidente.



Após sair da cadeia e também após ter conseguido por em liberdade as vítimas do tenente Maurício, Vitorino sente-se o homem responsável pelo futuro do Pilar. Tinha os seus eleitores e não votava em chapa de governo. Com ele não haveria “tolerância para com sujeitos safados, que só queriam comer no cocho da municipalidade” (FM, 1998, p. 253). Sob seu comando “não haveria ladrões, fiscais de feira roubando o povo” (FM, 1998, p. 253). Mandaria com decência. Não permitiria manda-chuva algum passando a mão nos cofres públicos. Tinha espírito público, não há como negar, pois pensava em construir obras de utilidade pública, como calçamento nas ruas, um cemitério novo e um jardim. Já se considerava o chefe político; o homem que nomearia amigos e que tinha poder para mandar prender e mandar soltar. Vemos, pois, que é nessa terceira parte do livro que se encontra o maior coro de representações discursivas, embora, na maioria das vezes, a linguagem das autoridades policiais – o delegado José Medeiros e o tenente Maurício – e da autoridade judicial – o juiz Samuel – seja representada em discurso indireto e, portanto, filtrada pela consciência do narrador.

O senhor de engenho é uma outra classe social que teve sua linguagem representada em *Fogo morto*, aqui ficcionalizado no personagem coronel Lula de Holanda, um velho epilético e descrente na política do país. Era pelo império, mas sentiu-se roubado com o processo de abolição. Tinha sido um liberal, mas a política não lhe apetecia mais. Com isso, “o Partido Liberal perdera os eleitores do Santa Fé” (FM, 1998, p. 147). Assim como o Santa Fé, o senhor de engenho também estava de “fogo morto”, politicamente falando. Mesmo assim, coronel José Paulino o procura para falar sobre política. Eis o resumo da conversa entre os dois:

Não iria mais às eleições. Mas o coronel José Paulino pedia-lhe então que deixasse que os seus eleitores o acompanhassem no pleito. Consentiu. E quando o outro saiu, de estrada afora, arrependeu-se da fraqueza que tivera. Então moradores de seu engenho seriam eleitores do seu vizinho? Sentiu-se diminuído (FM, 1998, p. 160).

O interessante dessa revelação do narrador é a facilidade com que os coronéis resolvem a questão do voto. Os moradores parecem mesmo estar em um “curral eleitoral” do qual são facilmente transferidos para outro. Lula de Holanda e José Paulino são de partidos diferentes: aquele foi liberal e este é conservador. Ao eleitor não era facultado o direito de escolher. Na verdade, o chefe político da Várzea sabia usar estratégias para garantir a lealdade do marido de dona Amélia. Ofereceu-lhe a patente de tenente-coronel da guarda nacional que, a pedido do governo, ele iria organizar no Pilar. Dias antes, sabendo José Paulino que o vizinho tinha uma



demanda na justiça por causa de umas terras, comprou o engenho “para servir o amigo apertado”. Essas ações de José Paulino em relação a Lula de Holanda é que caracterizam o filhotismo: proteção, prestação de favores e oferecimento de cargos públicos para quem oferecesse apoio político e votos de cabresto, como mostrou Victor Nunes Leal (1975), no livro já citado nesse estudo.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho não tínhamos intenção de fazer uma análise exaustiva do livro *Fogo Morto*, mas apenas levantar questões que apontem para uma outra possibilidade de leitura; uma leitura que estude a estrutura narrativa em relação com alguns aspectos do contexto político representativo do início do século XX. Como vimos, o tema do voto de cabresto foi trabalhado de duas formas pelo autor José Lins do Rego. O personagem José Amaro representa a linguagem de uma massa de trabalhadores rurais que já mostrava sinais de consciência do seu direito de voto livre. No entanto, a morte do seleiro antes das eleições, talvez seja uma forma de mostrar que sua consciência ainda estava em estado muito primitivo e, portanto, sem forças para mudar a situação da estrutura social que o reprimia tanto.

A outra forma encontrada pelo autor para ficcionalizar esse dado da realidade exterior foi construir um personagem cômico dotado de características condenáveis a um sujeito responsável por agilizar a campanha de um candidato que romperia as oligarquias do poder. Como podemos perceber, Vitorino era o tipo estabonado, vagabundo e sem credibilidade alguma. O próprio primo, o coronel José Paulino, não dava crédito ao que o Papa-Rabo falava, considerava-o uma criança.

Ao escrever o romance, contemplando esse momento da história política brasileira, o romancista também representou artisticamente a linguagem de vários sujeitos históricos envolvidos nessa dinâmica social. Representação essa que caracteriza o gênero romance, como bem lembra Bakhtin (1998).

Há que se ressaltar também que, embora o autor tenha configurado no interior do romance a questão do regime representativo com uma certa comicidade, não deixou de construir um personagem que, quando se acha no poder, tem, em certa medida, a mentalidade daqueles



que critica: vai nomear amigos para os cargos públicos. “Não havia quem pudesse com ele”. Isso não seria uma forma de mostrar que a situação das oligarquias ainda se perpetuaria?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Mauricio Gomes de. **A tradição regionalista no romance brasileiro: 1857-1930**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 4 ed. São Paulo: EDUNESP, 1998.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 39 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. São Paulo: Edart, 1961.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2 ed. São Paulo, 1975.

REGO, José Lins do. **Fogo morto**. São Paulo: Klick editora, 1998.

www.fundaj.gov.br. Acesso em 24/08/2008. Site da Fundação Joaquim Nabuco.